

Socioambientalismo de base popular na Amazônia: um movimento protagonizado pelos pobres

*Cintia Nayara Ribeiro de Sousa*¹

*Tânia Guimarães Ribeiro*²



RESUMO

Esse trabalho visa caracterizar o movimento socioambiental popular na Amazônia, suas especificidades, atores e conflitos, destacando as mobilizações pela criação das Unidades de Conservação na Amazônia, partindo das RESEX no litoral do estado do Pará. Esses atores são parte de movimentos de resistência e re-existência de populações pobres e marginalizadas, um ecologismo que tem os pobres como principais protagonistas (MARTINEZ ALIER, 2011) pela garantia de seus direitos. Nas dinâmicas de criação dessas Unidades de Conservação destacamos os conflitos socioambientais, que são disputas assimétricas entre uma diversidade de atores sociais em defesa de perspectivas diferentes sobre o desenvolvimento e a utilização dos recursos naturais (SVAMPA, 2016). A metodologia é predominantemente qualitativa, reuniu uma amostra de teses e dissertações produzidas no âmbito da Universidade Federal do Pará (UFPA) e outras disponíveis na base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (CAPES), com recorte em dois temas principais: socioambientalismo e justiça ambiental. O movimento socioambiental popular na criação das RESEX aponta para uma diversidade de ideias e atores e, desde uma visão conservacionista até aos preservacionistas. Esses processos se mostraram diversos e particulares o que nos instiga a análises mais profundas sobre a agência das populações tradicionais nessas mobilizações.

Palavras-chave: Reservas Extrativistas. Socioambientalismo popular. Conflitos socioambientais. Amazônia.

1 Graduanda em Ciências Sociais, Bacharelado, UFPA. E-mail: nanaribeiro0608@gmail.com.

2 Professora Doutora em Ciências Humanas (Sociologia)- Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA). E-mail: taniagr@ufpa.br.

ABSTRACT

This work aims to characterize the popular socio-environmental movement in the Amazon, its specificities, actors and conflicts, highlighting the mobilizations for the creation of Conservation Units in the Amazon, starting from the RESEX on the coast of the state of Pará. These actors are part of movements of resistance and re-existence of poor and marginalized populations, an ecologism that has the poor as the main protagonists (MARTINEZ ALIER, 2011) for the guarantee of their rights. In the dynamics of creation of these Conservation Units, we highlight the socio-environmental conflicts, which are asymmetric disputes between a variety of social actors in defense of different perspectives on the development and use of natural resources (SVAMPA, 2016). The methodology is predominantly qualitative, it gathered a sample of theses and dissertations produced within the scope of the Federal University of Pará (UFPA) and others available in the database of the Coordination for the Improvement of Higher Education Persons (CAPES), with a focus on two main themes: socio-environmentalism and environmental justice. The popular socio-environmental movement in the creation of RESEX points to a diversity of ideas and actors, from a conservationist vision to preservationists. These processes proved to be diverse and particular, which encourages us to carry out deeper analyzes of the agency of traditional populations in these mobilizations.

Keywords: Extractive Reserves. Popular socioenvironmentalism. Socio-environmental conflicts. Amazônia.

INTRODUÇÃO

A partir de 1964 o governo ditatorial intensificou as políticas desenvolvimentistas que mudaram radicalmente a vida das populações tradicionais na Amazônia. Com a justificativa de integrar a Amazônia à economia nacional e por receio de interesses estrangeiros, e assim “integrar para não entregar” a região para os interesses internacionais, esses governos ofereceram incentivos fiscais para empresas das regiões sul e sudeste e às empresas estrangeiras para a implementação de seus projetos na Amazônia. Em contrapartida, o Estado abria estradas para a escoação de mercadorias, construía hidrelétricas para o fornecimento de energia e implantava projetos de colonização agrícola. Os governos militares sustentavam a ideia de vazio demográfico, afetando as populações tradicionais que habitavam a região em sua reprodução econômica, social e política afetadas, e seus territórios se tornaram mercadorias à disposição da compra e venda.

De acordo com Prost (2018), a partir da entrada desses novos atores econômicos na região, tais como madeireiros e fazendeiros, visando solucionar problemas fundiários de outras regiões, acabou por aprofundá-los na Amazônia. A ideia de “vazio demográfico” era fruto da invisibilidade das populações marginalizadas, pois a sua existência e permanência eram consideradas como sinônimo de atraso. Esses grupos compreendem o território não apenas como um meio físico, mas constituído pelas relações simbólicas e interações sociais, pelas representações mitológicas que são neles estabelecidos (LITTLE, 2004). Assim sendo, “a territorialidade das populações tradicionais é que constrói os seus territórios, já que esses abrigam todas as formas de reprodução, ou seja, a dimensão social, que inclui a econômica, a política e a cultural” (SILVA PIMENTEL e RIBEIRO, 2016, P. 230).

Na década de 1970, os seringueiros do Acre se organizaram através da estratégia dos “empates”, no qual os trabalhadores dos seringais tentavam impedir a derrubada da floresta para a transformação em pastagem para o gado (CUNHA, 2001). E foram constituindo-se, assim, em agentes de enfrentamento ao processo de modernização da Amazônia e da luta pelo reconhecimento das populações tradicionais. O movimento contou com diversos aliados que colaboraram nessa construção social, como a assessoria das comunidades eclesiais de base (CEB's), que estimulou a formação de lideranças e as articulações das reivindicações do direito à terra (TEISSERENC, 2014). Sendo fundamental também a atuação das entidades governamentais e não governamentais, sindicatos e associações de pescadores, atores acadêmicos (SILVA, 2018) regionais e nacionais. Bem como, ressalta-se o movimento ambientalista internacional que se ampliava nas décadas de 1970 e 1980 (LEITE LOPES, 2006).

Em 1985, houve o primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros, no qual surgiu o conceito de Reserva Extrativista. A primeira alternativa para resolução desses conflitos foi o Projeto de Assentamento Extrativista, em 1987, sob o comando do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). A denominação de “assentamento” se fez necessária por não existir na forma da lei outra modalidade reconhecida de reforma agrária. O seu objetivo era o de utilizar esse território para atividades econômicas extrativistas de forma sustentável, na qual as populações locais estivessem envolvidas (ALLEGRETTI, 2008).

Entre os anos de 1985 e 1988 o movimento se fortalece a partir dos acordos estabelecidos entre os seringueiros e ambientalistas internacionais, mediados pelas Organizações Não-Governamentais (ONGs) brasileiras. O reconhecimento internacional da liderança de Chico Mendes e a seguir, a repercussão mundial de seu assassinato, ampliam a visibilidade dessa resistência e a rede de aliados. “A ideia de ter comunidades pobres, injustiçadas e sem

poder político à frente da defesa da floresta teve um apelo muito forte, e rapidamente mobilizou o apoio internacional” (ALLEGRETTI, 2008, p. 49). O alcance desse movimento levou a constituição das primeiras reservas extrativistas na Amazônia³.

A mobilização dos seringueiros do Acre na busca pela resolução da questão fundiária travou uma luta contra o desmatamento que afetava diretamente a fonte de sua sobrevivência. E assim, formularam uma política pública singular, as Reservas Extrativistas. Pensada pelo próprio movimento as Reservas Extrativistas (RESEX) tinham por objetivo a proteção da produção extrativista e dos modos de vida tradicionais, com isso inauguram um novo paradigma de desenvolvimento (ALLEGRETTI, 2008). As populações tradicionais podem ser entendidas como:

Grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar (prática e simbolicamente) uma identidade pública conservacionista que inclui algumas das seguintes características: uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, presença de instituições com legitimidade para cumprir suas leis, liderança local e, por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados (CUNHA; ALMEIDA, 2017, p. 291-292).

As conquistas do movimento iniciado no Acre se estenderam para outros segmentos das populações tradicionais, como as costeiras e marinhas, que puderam lutar para garantir tanto o direito à posse de seus territórios ancestrais, como para a preservação de ambientes florestais e marinhos, a partir da criação de leis e políticas públicas. Nessa direção, foi criada a Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé, em Santa Catarina, em 1992, a primeira com essa denominação, precedendo ao aparecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e da Natureza (SNUC), de 2000. O qual, ratificaria ambas as modalidades de Reservas.

A Resex se constitui como uma solução institucional a fim de garantir um território de uso sustentável para populações extrativistas locais que possuíam um histórico de uso do mesmo, privilegiando a conservação ambiental e a preservação do modo de vida tradicional (CHAMY, 2004). O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) na Lei Federal no 9.985, de 18 de julho de 2000, assim define as Reservas Extrativistas:

Área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade (BRASIL, 2000, Artigo 18).

A constituição dessa proposta socioambiental singular é baseada nos conhecimentos adquiridos na prática cotidiana junto as florestas, aos mares, e cujos ciclos naturais interferem nas próprias atividades econômicas e culturais. Processos esses que geram a relação de intimidade entre as pessoas e a natureza que fortalece o pertencimento, a identidade, e os laços com o território (CUNHA, 2001). No caso das populações das Reservas Marinhas, e aquelas que não são assim denominadas, mas se localizam na região costeira, os laços de pertencimento se estendem de forma fluída à terra, ao mangue e ao mar. Pois, o mar e suas marés são marcadores da vida dessas populações e fontes de sua subsistência.

³ Reserva Extrativista do Alto Juruá (Decreto 98.863, de 23 de janeiro de 1990, estado do Acre) e Reserva Extrativista Chico Mendes (Decreto nº 99.144, de 13 de março de 1990, estado do Acre).

É a partir das ações coletivas desses grupos sociais que iremos buscar entender a formação e desenvolvimento de um socioambientalismo popular na Amazônia, nos alinhando ao que Martinez Alier (2011) chama de ecologismo dos pobres. Pois, em sua diversidade, o conceito incorpora a crítica ao crescimento econômico descontrolado que causam impactos ao meio ambiente e afetam a fonte de subsistência das populações de hoje, como nos mostram: os movimentos dos atingidos por barragens, pela proteção de bancos pesqueiros de exploração externa e contra as monoculturas florestais (como eucalipto e dendê); juntamente com a resistência das populações indígenas, quilombolas, e dos diferentes grupos que formam as populações tradicionais – ribeirinhos, extrativistas, pescadores, quebradeiras de coco babaçu. Esses grupos partilham a busca da proteção de seus territórios de uso comum, portanto de justiça social e ambiental. Visto que, as populações pobres e racializadas são as principais afetadas por esses processos predatórios de apropriação dos recursos naturais, e estão mais suscetíveis aos riscos que deles decorrem (ALIER, 2011).

Nesse trabalho propomos identificar, particularmente no Estado do Pará, Amazônia, como tem sido abordada na agenda de pesquisadores a luta pelo território das populações moradoras das reservas extrativistas marinhas, e se representam, em sua singularidade, um movimento socioambiental popular. A partir das contribuições teóricas e experiências de pesquisas acadêmicas e, tendo como base empírica a amostra de trabalhos levantada no catálogo de teses e dissertações da CAPES e o repositório institucional da UFPA, nos sites dos Programas de Pós-Graduação (PPG's) da UFPA, bem como do acesso a entrevistas no acervo do Núcleo de Pesquisa ACTA (Ação Pública, Território e Ambiente), buscamos identificar as especificidades do socioambientalismo popular na Amazônia. O foco são as dinâmicas propostas pela pluralidade de atores sociais que compõem a população tradicional na região, a partir da constituição das reservas extrativistas marinhas.

O artigo nesta introdução contextualiza as lutas populares em defesa dos territórios ambientais, resultando na institucionalização das reservas extrativistas, foco de nossa pesquisa. A seguir, apresentaremos a metodologia qualitativa voltada para a análise do levantamento de dissertações e teses sobre as reservas extrativistas marinho-costeiras do estado do Pará. Em seguida, apresentamos os achados do trabalho, dividindo-o em subitens que mapeiam a criação daquelas Resex, os conflitos e impactos que mobilizaram as populações locais, bem como, caracterizam esses atores sociais, dando destaque aos protagonistas que formam o movimento socioambiental de base popular. São ressaltadas a contribuição da produção acadêmica da UFPA, em particular, e de categorias teóricas que colaboram para identificarmos o socioambientalismo popular. Nas considerações finais, apontamos algumas questões que demonstram a singularidade desse socioambientalismo; buscamos também demonstrar o potencial das pesquisas realizadas na região Amazônica, seus pesquisadores e suas pesquisadoras, que contribuem, com esse olhar peculiar, para as ciências sociais brasileiras; e elencamos questões que podem fomentar futuras pesquisas que ampliem o olhar sobre os movimentos socioambientais populares na Amazônia.

DELIMITANDO O SOCIOAMBIENTALISMO DE BASE POPULAR

A pesquisa teve caráter predominantemente qualitativo utilizando-se como técnica de pesquisa o levantamento de teses e dissertações em 16 Programas de Pós-Graduação (PPG's) da Universidade Federal do Pará (UFPA), e, complementarmente, nos repositórios da UFPA e da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), obtendo uma amostra total de 132 trabalhos, dividindo em duas etapas de levantamento, na etapa 1 registramos 51 trabalhos e na 2, 81.

A análise de conteúdo segundo a proposta de Bardin (1997) foi necessária para que fosse realizada a escolha dos documentos que colaborassem para alcançar os objetivos propostos e para a formulação de hipóteses. A análise de conteúdo é uma metodologia que busca elementos recorrentes em diferentes tipos de linguagens: como textos, imagens, gestos, discursos (SEVERINO, 2007). Para a identificação dos temas nos trabalhos foram considerados: 1) Os títulos; 2) As palavras-chave; 3) Os resumos; 4) Os sumários; 5) Os capítulos. Na tentativa de

encontrar as similaridades entre os trabalhos, pois “classificar elementos em categorias, impõe a investigação do que cada um deles tem em comum com outros” (BARDIN, 1977, p. 118), procedemos à leitura dos resumos, sumários e capítulos dos trabalhos. Nos casos em que houvesse necessidade foi realizada a leitura das introduções e conclusões, realizando-se a análise de conteúdo e classificação por temas. Portanto, a análise que aqui será apresentada parte da experiência de outros pesquisadores sobre esse tema, e que procedem de áreas distintas do conhecimento.

Na primeira fase o objetivo do levantamento era encontrar trabalhos que abordassem as Reservas Florestais e Marinhas do litoral do estado do Pará, identificando os processos de criação das UC's, visando captar atores sociais envolvidos e estratégias de lutas. A saber, são 12 unidades constituídas até o momento (ICMBIO, 2021). O levantamento nos sites dos Programas de Pós-Graduação investigados teve como resultado a amostra de 51 trabalhos, sendo 12 teses e 39 dissertações, em uma pesquisa não exaustiva. As buscas se deram através da palavra-chave “reserva extrativista” e com os nomes dos municípios nos quais as 12 Reservas se encontram (ver Quadro 01, p. 13). Partindo dos eventos que estão ligados à criação das UC's, buscamos identificar os atores sociais presentes nessas mobilizações, os conflitos que deram origem a esse movimento, os impactos que atingem essas populações e os temas de pesquisa que se sobressaem nesse campo. Desse mapeamento construímos dois quadros (Ver quadro 1, p. 13 e quadro 2, p. 15). O período de publicação compreende o intervalo entre 2002 a 2021, cobrindo desde a criação das primeiras RESEX no litoral paraense. Com essa extensão, buscamos recobrir o maior número possível de UC's existentes.

O tema de maior destaque das análises foi o da participação, o que demonstra a importância da temática nas análises sobre a formação e desenvolvimento desses espaços institucionalizados, sobretudo a dinâmica dos atores envolvidos nos processos que envolvem a gestão das RESEX. Os demais temas que sobressaíram foi o das Políticas Públicas e Socioambientais, Conhecimento Local, Território, Conflitos socioambientais, Sustentabilidade e Meio Ambiente, Práticas Extrativistas, Impacto Socioambiental, Juventude e Turismo

Na segunda etapa, buscou-se caracterizar o socioambientalismo popular, centrado na atuação das populações tradicionais, na Amazônia a partir do levantamento das referências do repositório de dados da UFPA e da CAPES, caracterizando esse tema. O objetivo aqui era perceber se as análises se preocupavam em categorizar e caracterizar o “socioambientalíssimo dos pobres”, diferenciando-o dos movimentos ecológicos que primeiro ganharam visibilidade no Brasil, composto por uma classe média, notadamente no espaço urbano e na região sul e sudeste do Brasil (ALONSO; COSTA, 2002). Partimos para a busca dos termos que nos ajudariam a identificar as características do socioambientalismo popular na Amazônia, desde a conceituação de Martinez Alier (2011). Pois, entendemos que essa caracterização é importante para demonstrar a atuação das populações tradicionais na conquista de seus territórios, como também a sua especificidade.

Na medida em que não encontramos inicialmente trabalhos com os temas socioambientalismo dos pobres ou popular fomos ampliando as palavras-chaves combinando alguns termos que aparecem na literatura como referência a luta das populações em situação de racismo ambiental e/ou pobres em situação de risco social e ambiental (ACSERALD, 2010; ALLEGRETTI, 2008). Nesse momento trabalhos de todas as regiões do país foram encontrados, partindo de diversos temas como grandes projetos,

construção de hidrelétricas, problemas de saneamento nos bairros, unidades de conservação de outras regiões, entre outros. Ganham destaque nas teses e dissertações o tema da “justiça ambiental” e “socioambientalismo” para caracterizar o movimento das populações extrativistas marinhas no litoral paraense.

No refinamento da análise, destacamos inicialmente 49 trabalhos da UFPA e 32 da CAPES, totalizando 81 trabalhos sobre os temas socioambientalismo e justiça ambiental, os quais tivessem a Amazônia Legal como lócus de pesquisa. Desses, 27 eram sobre as unidades de conservação na Amazônia e seus processos de criação, abrangendo outras unidades além das RESEX. O período de publicação dos trabalhos selecionados para a amostra cobre os anos de 2007 a 2019, 11 destes trabalhos já tinham sido obtidos por meio da pesquisa nos PPG's. No banco da Capes foram encontrados 32 trabalhos, compondo o total da amostra, sendo obtidos 17 sobre socioambientalismo e 15 sobre justiça ambiental. Uma dessas referências já fazia parte da busca dos PPG's. A composição desse levantamento nos ajudou a ter uma visão mais ampla sobre o tratamento dado a temática, conforme vamos demonstrar nos resultados.

Esse conjunto de buscas teve como destaque numérico os trabalhos da Universidade Federal do Pará, demonstrando a importância da produção acadêmica construída por esta universidade e justificando o destaque nesse trabalho. A totalidade desses trabalhos foram fundamentais para caracterizarmos o socioambientalismo popular na Amazônia, a fim de compreender em que medida estes processos de mobilização contribuem para a construção de políticas públicas que promovam a justiça ambiental. Pois, pudemos distinguir os principais atores, alianças, conflitos sociais e especificidades desses movimentos, que tiveram os pobres como agentes da sustentabilidade. Considerando os termos “ecologismo dos pobres” há 3 trabalhos no repositório da UFPA sobre as RESEX do litoral paraense e nenhum na CAPES, a palavra-chave “ecologismo popular” apresenta uma referência sobre essas RESEX na UFPA e nenhuma na CAPES. Algumas palavras-chave não constam em nenhum dos dois repositórios como “ecologismo na Amazônia”, “socioambientalismo dos pobres” e “socioambientalismo popular”, o que sugere que a proposição do ecologismo dos pobres como teoria, ainda é pouco aplicada ao estudo do movimento na região.

Outra fonte que complementa nossa análise foi o conteúdo das exposições de moradores das Reservas Extrativistas do litoral paraense e do movimento socioambiental da Amazônia participantes do Colóquio 20 anos de SNUC, entre os dias 08 a 12 de março de 2021, no formato virtual, promovido pelo grupo de pesquisa ACTA⁴. O evento contou com a participação de atores sociais membros do movimento socioambiental do litoral paraense, acadêmicos e técnicos de órgãos governamentais. A utilização das exposições do Colóquio se tornou uma alternativa por conta da impossibilidade de entrevistas presenciais no contexto atual de pandemia do Coronavírus (Covid-19), visto que, pretendíamos realizar entrevistas com as lideranças, moradores das RESEX. Da mesma forma foram utilizadas entrevistas do acervo⁵ do Núcleo ACTA, realizadas de forma virtual, com algumas lideranças da CONFREM (Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Extrativistas Costeiros).

4 As mesas de debates, fontes dessas falas, estão disponíveis no canal do YouTube do ACTA, no link: <https://www.youtube.com/watch?v=ORorf6IEo5k>.

5 Essas entrevistas foram realizadas pelo mestrando Paulo Victor Sousa Lima, componente do grupo de pesquisa ACTA.

OS POBRES COMO AGENTES DA SUSTENTABILIDADE

A partir da Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo, 1972, a ideia de que a pobreza gerava degradação ambiental se tornou comum. Os países considerados desenvolvidos, situados no norte global, buscavam materializar essa ideia, na qual os pobres seriam os que mais sofriam com os impactos ambientais, ao mesmo tempo seriam sua causa. No entanto, os movimentos seringueiro e indígena, no Brasil, buscaram romper com esse paradigma, propondo soluções para os problemas que o “desenvolvimento” os tinha imposto, pela defesa de seus territórios, utilizando-se de mobilizações e por meio da proposição de mecanismos institucionais de proteção, como a Reserva Indígena e a Reserva Extrativista. Criticavam também o “conservacionismo”, que postulava que para proteger os ecossistemas seria necessário a retirada das pessoas dos seus territórios, modelo adotado pelos parques nacionais (ALLEGRETTI, CUNHA e SCHMINK, 2018).

No entanto, no contexto de um rápido crescimento econômico e de desigualdades sociais que são geradores de conflitos ambientais, surge o chamado movimento por justiça ambiental, como ficou conhecida a luta contra o racismo ambiental nos Estados Unidos, e o ecologismo dos pobres, como foi denominada a luta dos movimentos do Terceiro Mundo. Eles foram constituídos nos anos de 1980 e inicialmente não utilizavam, necessariamente, um discurso ambiental (MARTINEZ ALIER, 2011). Os grupos pobres perceberam que para garantir a sua sobrevivência era necessário garantir também os recursos naturais fonte de seu sustento, como as florestas, os manguezais, os rios. Assim, as populações mais afetadas pelos riscos ambientais se tornariam os agentes de uma nova forma de se lidar com esses recursos, como é o caso do movimento dos seringueiros do Acre e dos movimentos pela criação de RESEX.

O Estado brasileiro, depois da grande repercussão internacional do assassinato de Chico Mendes, em 1988, ao aceitar e tornar a proposta dos seringueiros em política pública, criou uma modalidade de Unidade de Conservação totalmente nova que pretendia solucionar os problemas fundiários das comunidades tradicionais pobres e proteger o meio ambiente. Esses grupos marginalizados e com pouco poder político e econômico, que se utilizam dos recursos naturais para a sua sobrevivência, encontram na Reserva Extrativista uma alternativa para os conflitos socioambientais (ALLEGRETTI, 2008).

A participação das populações tradicionais na luta por seus direitos tornou a causa ambiental ainda mais legítima, pois é uma luta por sobrevivência, por justiça ambiental, e contra a desigualdade social. As universidades ao se aliarem a esses grupos dão possibilidade à ciência de ser muito mais comprometida com as pessoas e com a luta por seus direitos. Ao mesmo tempo, em que o conhecimento dessas populações tradicionais se torna fonte de um conhecimento genuíno que contribui em muito para as ciências sociais, através dessa troca de experiências.

No Terceiro Mundo, a combinação da ciência formal com a informal, a concepção de “ciência com pessoas”, antes que uma “ciência sem pessoas”, caracteriza a defesa da agroecologia tradicional de grupos camponeses e indígenas, com os quais há muito que ser aprendido através de um autêntico diálogo de saberes (MARTINEZ ALIER, Juan, p. 36, 2011).

A CONSTRUÇÃO SOCIAL E SOCIOLÓGICA DOS MOVIMENTOS SOCIOAMBIENTAIS POPULARES NA AMAZÔNIA NAS RESERVAS EXTRATIVISTAS MARINHAS

Os dados coletados sobre a relação sociedade e meio ambiente, a partir da produção acadêmica nas linhas de pesquisa de sociologia e interdisciplinar, nos permitiram mapear a dinâmica social dos movimentos socioambientais em defesa das reservas extrativistas marinhas no litoral do Pará. Eles englobam a constituição de 12 unidades de conservação que guardam especificidades, conforme o contexto que os cercam, mas, partilham questões comuns: ameaças de perda do território em função do avanço das políticas desenvolvimentistas, e nesse contexto, os pobres têm menor acesso e poder nas esferas decisórias, principalmente em situações de conflito com grandes projetos e empreendimentos (ACSERALD, 2010).

Partimos da ideia de que a ampliação e aprofundamento das questões que envolvem a criação dessas Unidades de Conservação reforçam o conhecimento e reconhecimento das ações locais do movimento socioambientalista e da organização das populações extrativistas locais. Isto, na medida em que lutam por manter seus territórios e buscam a preservação dos recursos pesqueiros, essenciais para a sua reprodução social, política e econômica (RIBEIRO; SOUSA, 2018). Esses embates envolvendo a criação das Reservas Extrativistas, que na análise sociológica é denominada pela categoria “conflitos socioambientais”, está expressa na literatura teórica e sobre as experiências no campo (RODRIGUES, 2017; SILVA, 2013). Os conflitos socioambientais entre os grupos surgem a partir de diferentes formas de interação ecológica, interações distintas entre os grupos na forma de se relacionar com meios natural e social (LITTLE, 2006).

Em nossa análise, destacamos três aspectos relevantes a fim de caracterizar o objeto de estudo: os atores sociais envolvidos, os conflitos e os impactos que permeiam os processos de institucionalização das RESEX. O que nos possibilitou, também, ressaltar a principal temática de pesquisa que sobressai nos trabalhos, nos proporcionando algumas inferências.

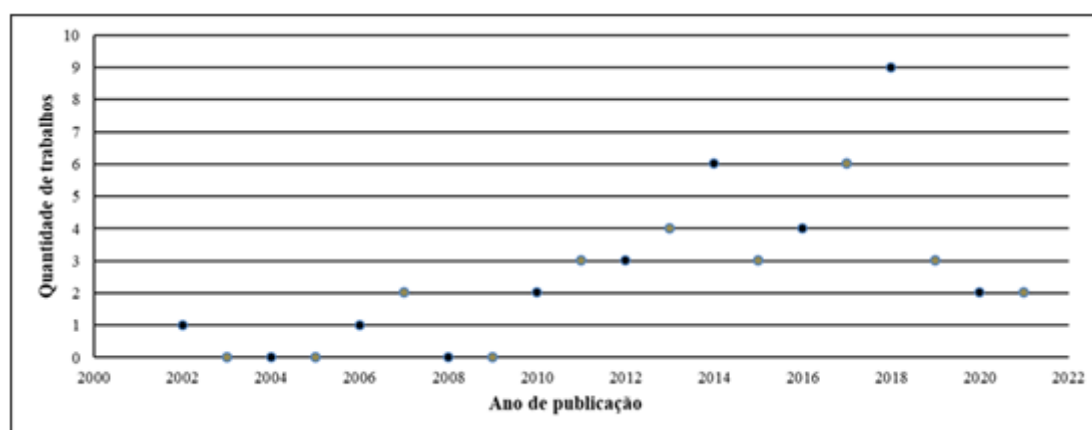
Nos 16 PPG's da UFPA chama a atenção a publicação de duas dissertações. Ambas correspondem ao período de criação da primeira RESEX Marinha implementada no litoral paraense em 2001, a Reserva Extrativista Marinha de Soure (FERREIRA, 2002; SANTOS JÚNIOR, 2006). Esse momento inicial coincide também com a implantação das primeiras reservas no litoral do estado⁶, demonstrando que o tema chama a atenção dos pesquisadores logo no início. Já o ano de 2018 se destaca como o de maior produção acadêmica com 9 trabalhos, conforme gráfico 01.

Dentre os 16 PPG's pesquisados, o Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) possui o maior número de referências com 14 trabalhos sobre a temática. Apesar do PPGSA ter essa especificidade, apenas um é anterior ao ano de 2010. Nesse Programa há uma linha de pesquisa sobre ‘Ações públicas e coletivas, território e ambiente’ que se destaca na produção acadêmica sobre as Reservas Extrativistas, justificando, em parte, o número elevado em relação aos demais PPG's. Sobressai na amostra o interesse do objeto

6 Através do decreto S/N de 13 de dezembro de 2002 foram criadas as RESEX Chocoaré-Mato Grosso, Curuçá, Maracanã e São João da Ponta.

de estudo no campo da sociologia. Outra característica encontrada no PPGSA é o número elevado de estudos sobre a Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu. Esta é a Unidade de Conservação mais analisada nas referências, favorecida também pela produção de dois PPG's da UFPA localizados no campus de Bragança, o PPSLA (Programa de Pós-Graduação em Linguagens e Saberes na Amazônia) e PPBA (Programa de Pós-Graduação em Biologia Ambiental). No quadro 01 pode ser observado o quantitativo de trabalhos realizados nos PPG's da UFPA, distribuídos pelas UC's.

Gráfico 01- Distribuição de teses e dissertações dos PPG's selecionados por ano de publicação, entre 2002 a 2019, UFPA – 2020



Fonte: Dados dos Programas de Pós-Graduação da UFPA, 2020, elaborado pelas autoras.

Assim, foram identificamos estudos sobre 11 das 12 reservas extrativistas presentes no litoral paraense, ficando de fora apenas a Reserva Extrativista Chocoaré-Mato Grosso, sem ocorrência de estudos. Esta unidade foi criada ainda em 2002, e localiza-se no município de Santarém Novo. Não há motivo evidente para a carência de estudos, pois é uma das primeiras unidades implementadas na região e tem localização próxima à capital paraense. O que representa uma lacuna nos estudos que podem vir a ser explorada pela academia. Observou-se também que algumas RESEX estão sendo pouco estudadas, enquanto outras já possuem uma grande produção acadêmica.

Das RESEX Araí-Peroba (2005), Cuirana (2014), Gurupí-Piriá (2005) e Mocapajuba (2014) foram encontrados apenas um trabalho de cada. Enquanto, de outras se verificou uma quantidade considerável de referências. As que tiveram mais estudos foram RESEXM Caeté-Taperaçu, RESEX Mãe Grande de Curuçá e São João da Ponta. Essa diferença pode-se explicar em parte porque três dessas RESEX com poucos trabalhos foram criadas no ano de 2014, são recentes, com sete anos de existência. Porém, duas delas a Araí-Peroba que se localiza no município de Augusto Corrêa, e a Gurupí-Piriá localizada em Viseu foram implementadas ainda em 2005, uma hipótese para essa discrepância seria sua distância de Belém, a capital do estado, envolvendo as dificuldades de locomoção e, talvez, a falta de interesse das instituições oficiais em incentivar estudos.

A Reserva Extrativista Marinha de Soure, apesar de ser a primeira Reserva RESEXM implementada no litoral do estado do Pará, detém apenas 11,7% dos estudos encontrados (6 trabalhos), sendo a quarta RESEX com maior número de trabalhos, contra 17 produções sobre a RESEXM Caeté-Taperaçu, com 30,3% do total. Criada no município de Soure,

Arquipélago do Marajó, pelo Decreto S/N, de 22/11/2001 teve como principal agente mobilizador das populações locais a Associação dos Caranguejeiros de Soure (ACS) (HAMOY, 2018). A ACS, em 1996, reivindicou a demarcação das áreas de manguezais na região e seus principais objetivos eram o de impedir a pesca industrial e predatória por pescadores de outros municípios e resolver as questões fundiárias.

A partir de atividades socioeconômicas que geraram impactos e conflitos ambientais verificamos que, com diferenças do contexto local, fatos semelhantes originaram as reações dos movimentos socioambientais que demandaram a criação das RESEX identificadas. Ainda, são necessários o olhar e estudos mais aprofundados para caracterizar detalhadamente a questão, relevando as especificidades locais. Tanto em relação aos danos suscitados às pessoas, quanto ao impacto sobre os recursos naturais. Bem como, é necessário considerar o nível de organização das populações atingidas e as características de suas alianças locais.

A visibilidade das mobilizações de criação das UC's teve na organização de eventos públicos um momento importante para a definição dos objetivos do movimento, como o III Seminário Regional de Gerenciamento Costeiro (III GERCO), ocorrido em Curuçá-PA, no ano de 1998 (BATISTA, 2010). Este foi fundamental para a criação das Reservas Extrativistas de São João da Ponta e de Mãe Grande de Curuçá. As duas UC's juntas são objeto de 15 trabalhos produzidos. Isto é, recobrem 29,4% da amostra.

A Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu, em Bragança, com a maior quantidade de pesquisas acadêmicas, foi criada em 2005, juntamente com as Reservas Extrativistas Marinhas de Araf-Peroba, Reserva Extrativista Marinha de Gurupí-Piriá, e da Reserva Marinha de Tracuateua. Constituinte aí um mosaico que produziu mudanças significativas na costa do nordeste paraense. A mobilização em Bragança-PA inicia em 1989⁷, tendo a pesca industrial em larga escala como principal impacto que impulsionou este movimento. Com a criação da Associação dos Ruralistas e Pescadores da Comunidade do Castelo (ARPC) houve uma maior organização social, desta forma foi realizada uma solicitação dos moradores para a criação da Unidade de Conservação. Demanda que contou com moradores das comunidades em volta das áreas de manguezais e da região urbana do município.

As pesquisas coordenadas pelo Projeto Manejo e Dinâmica em Áreas de Manguezais (MADAM), campus Bragança, na década de 1990, demonstrou os riscos da comercialização da condúria (fêmea do caranguejo). Tal fato motivou a campanha "Salve as Condúrias", organizada pelos estudantes da Universidade (SILVA, 2013). No ano de 1996, ocorreu a I Conferência do Caranguejo, no município de Bragança, no qual a criação da RESEX foi discutida, a fim de proteger os recursos dos manguezais que estavam sendo ameaçados pela pesca industrial. No município de Bragança se iniciou o movimento da região do Salgado Paraense pela criação de RESEX (RODRIGUES, 2017) e que depois se espalhou para os demais municípios por meio do convite de lideranças para divulgar esse processo e organizar mobilizações locais (COSTA, 2014).

Após a implantação da RESEX Caeté-Taperaçu observamos a disseminação de vários estudos de viés sociológico, socioantropológico e da área biológica, e em torno da pesca

7 A passagem para a década de 1990 também foi importante para o socioambientalismo brasileiro por conta da criação do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais), 1989, do Movimento Nacional dos Pescadores e Pescadoras (MONAPE), em 1990, e do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) (SILVA, 2018).

(OLIVEIRA; MANESCHY, 2014). O trabalho de Lamarão (2016) aponta a baixa participação dos jovens nos processos envolvendo a RESEX, a até mesmo desconhecendo o que ela seria. Pois, percebem a unidade de conservação como algo relevante apenas para os mais velhos, seus pais, avós, tios. Eles não se envolvem com os processos de gestão da RESEX, também por conta da ausência de formação para jovens, em vista de se tornarem atores sociais e futuras lideranças. O trabalho ressalta a discussão sobre os limites e os dilemas da participação, e as dificuldades de envolver os jovens e a futura geração nos processos envolvendo a RESEX. Fator que é constantemente relatado como preocupação nas reuniões do conselho deliberativo (RIBEIRO, 2016).

A RESEX Mãe Grande de Curuçá foi instituída em 2002, no litoral do estado do Pará, na região do Salgado. Entre as motivações para a sua criação estão a exaustão dos recursos naturais da região, especialmente nos manguezais. As discussões no município de Curuçá sobre essa diminuição remontam os anos 1993, no qual pesquisadores, extensionistas da EMATER e lideranças pesqueiras estabeleceram um diálogo. No início o movimento era pequeno, mas aos poucos foram agregados novos aliados: a Câmara Municipal de Curuçá, o Sindicato de Trabalhadoras e Trabalhadoras Rurais de Curuçá, as igrejas locais, as associações comunitárias, o Movimento de Pescadores do Pará (MOPEPA), entre outros (BATISTA, 2010).

Em 2002 temos também a criação da RESEX São João da Ponta, no Pará, após a mobilização das populações locais, da sociedade civil e poder público (FERREIRA, 2017). As reivindicações eram em torno de melhores condições de vida e contra a pesca industrial e o aumento do esforço de pesca. Os pescadores reivindicavam melhores condições de vida e de trabalho. Entre estes está aquele que seria o primeiro presidente da RESEX e posteriormente prefeito do município de São João da Ponta, o pescador Nelson Santa Brígida. A instituição de outras RESEX como “Ipaú-Anilzinho” (MORAES, 2016) e Renascer Pará (PEDRO, 2012) se origina em conflitos fundiários causados por grileiros e gerou processos de mobilização popular semelhantes aos das RESEX do litoral do nordeste paraense, apontando para o protagonismo das populações locais e para articulação com diversos atores.

O movimento socioambiental apresenta, assim, vários níveis de organização em função do contexto histórico e da autonomia das populações e organizações locais, conforme esse breve histórico de criação de algumas das reservas marinhas no estado do Pará. Nos casos observados, percebemos uma atuação significativa das populações tradicionais, envolvendo a formação de acordos e alianças com atores de outras origens sociais. Organizando-se a partir de estratégias diferentes e pouco contundentes ao primeiro olhar, mas com ganhos importantes que podem vir a potencializar outras ações mais amplas.

Esses fatos não significam dizer que o movimento popular alcançou todos os seus objetivos, visto a permanência e até aprofundamento dos conflitos sociais e ambientais que originaram a luta. Contudo, observamos que a institucionalização das reservas, foi considerada por muitas lideranças locais como a conquista ao território e de direitos através de políticas públicas, conforme declaração de dona Célia das Neves, representante da RESEX Curuçá e ativista da CONFREM. De acordo com dona Célia das Neves “foi a importância do direito que nos dá o direito de sonhar e garantir o direito da posse, da territorialidade, da maretorialidade, nessa modalidade pública, coletiva, de Reserva Extrativista” (ACTA, 2021).

Quadro 01 – Total de teses e dissertações sobre Reservas Extrativistas do litoral paraense – UFPA

Reserva Extrativista	Ano de criação	Localidade	Produção
Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu	2005	Bragança	17
Reserva Extrativista Mãe Grande de Curuçá	2002	Curuçá	9
Reserva Extrativista Marinha de Soure	2001	Soure	6
Reserva Extrativista de São João da Ponta	2002	São João da Ponta	6
Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua	2005	Tracuateua	4
Reserva Extrativista de Maracanã	2002	Maracanã	3
Reserva Extrativista Marinha Mestre Lucindo	2014	Marapanim	2
Reserva Extrativista Marinha Araí-Peroba	2005	Augusto Corrêa	1
Reserva Extrativista Marinha Gurupi-Piriá	2005	Viseu	1
Reserva Extrativista Marinha Cuinarana	2014	Magalhães	1
Reserva Extrativista Marinha Mocapajuba	2014	Barata São Caetano de Odivelas	1
Reserva Extrativista Chocoaré-Mato Grosso	2002	Santarém Novo	0
TOTAL			51

Fonte: Teses e dissertações dos PPG'S da UFPA, 2020, elaborado pelas autoras.

No material constituído o tema do conflito apareceu como parte da questão principal para explicar a construção dos territórios das RESEX. Ao mesmo tempo que deixavam em evidência as diferenças de poder entre os atores sociais e seus projetos para a ocupação do espaço em disputa. Essa dinâmica evidencia que os conflitos sociais e ambientais são manifestações tanto de insatisfação com relação às ações predatórias ao território, quanto motivo de luta e formação de estratégias de resistência. Pois, a conquista de direitos legais se faz na convivência marcada por diferenças consideráveis, “nas práticas sociais, entre os grupos que disputam o território da Reserva; de acesso à informação; das formas de participação; na produção de discursos e na imputação de significados às instâncias de gestão da UC” (RIBEIRO, 2016, p. 271). A seguir caracterizaremos os embates e atores sociais envolvidos nas disputas no território ambiental.

AS RESERVAS EXTRATIVISTAS DO LITORAL DO ESTADO DO PARÁ – CONFLITOS E IMPACTOS SOCIAIS E AMBIENTAIS

A Reserva Extrativista, como conceito, desafiou visões diferentes de desenvolvimento, uma delas é a substituição do extrativismo tradicional por formas permeadas por tecnologias de ponta. Fez frente a visão conservacionista, que concebe a preservação ambiental como resultado da ausência total do homem nessas áreas. Bem como, desafiou a visão de que a justiça social só poderia ser alcançada através da agricultura familiar (ALMEIDA; ALLEGRETTI; POSTIGO, 2018).

Vale destacar que alianças com outros atores sociais foram importantes para sustentar as demandas do movimento popular dos seringueiros, unindo-se a eles agentes urbanos. Estes contribuíram para a circulação das ideias, em nível nacional e internacional, da proposta socioambiental para a conservação dos territórios de uso tradicional. Assim, propagaram-se, também, essas narrativas entre as comunidades da floresta (ALMEIDA ET AL., 2018).

Em meados de 1980, o movimento ambientalista no Brasil incorporou a noção “de justiça ambiental” aliando a proteção ambiental e justiça social, unindo entidades ambientalistas e populações locais, como sindicatos de trabalhadores rurais e extrativistas (ACSELRAD, 2010), fortalecendo os movimentos locais pela proteção de territórios tradicionais. Como vamos observar no Quadro 02 (p. 15), uma miríade de atores toma parte do debate e das ações para a constituição das unidades de conservação. Formam-se tanto alianças e acordos, quanto blocos de oposições. A participação se torna um requisito fundamental tanto nos processos de criação das RESEX, quanto na sua gestão. Temática que ganhou destaque na pesquisa acadêmica produzida na UFPA, que vamos analisar mais à frente.

Atualmente existem duas modalidades de Reservas Extrativistas, a Florestal e a Marinha. Na Reserva Extrativista Marinha (RESEXM) a territorialidade do pescador artesanal depende da terra e do mar, sendo representado por essa totalidade (CUNHA, 2001). Como Dona Célia aponta “o pescador artesanal não é só jogar a tarrafa, rede e o anzol [...]. Ele também tem outras artes, é a arte, é a cultura toda desses ambientes que nós ocupamos milenarmente nessa mobilidade pesqueira” (Célia Regina Nunes Neves, entrevista acervo ACTA). E tais diferenças de ocupação e reprodução social, ampliam a complexidade das relações entre as populações extrativistas ribeirinhas, como ocorre na Amazônia, e os demais grupos sociais com os quais interagem. Os conflitos entre os pescadores artesanais e a pesca industrial são exemplos dessas questões, como destacados nos municípios de Soure (SANTOS JÚNIOR, 2006), Bragança (OLIVEIRA, 2018), entre outros. E a necessidade de aprofundar a reflexão sobre a especificidade desses territórios localizados na intersecção entre a terra, o mangue e o mar, são requisitos para entendermos a especificidade da luta pelo território e por direitos desses grupos que habitam as reservas marinhas.

No caso do Pará, listamos a partir das 51 teses e dissertações encontradas na primeira fase, uma diversidade de atores e de questões sociais que identificamos como influentes na formação e atuação dos movimentos sociais de criação das reservas no litoral paraense. No Quadro 02 caracterizamos e sintetizamos os atores sociais conforme o seu lugar e sua esfera social de atuação. Ressaltando-se, também, a influência extralocal sobre o território das RESEX, pois nele atuam grupos de atores do contexto regional, nacional e internacional. Na esfera da sociedade civil destacamos as ONG's, cooperativas e associação de trabalhadores que atuam na assessoria dos movimentos sociais, com agentes locais e extralocais. No mesmo quadro, situamos a diversidade de conflitos e impactos envolvidos na criação das UC's, os quais, necessariamente, não se repetem em todas as RESEX aqui levantadas. Pois, cada contexto local, em função dos grupos de atores envolvidos e dos recursos em disputa, acentuará alguns dos conflitos e impactos arrolados.

Quadro 02 – Atores sociais, impactos e conflitos sociais na criação de reservas extrativistas no Estado do Pará

RESERVAS EXTRATIVISTAS	IMPACTOS E CONFLITOS SOCIAIS	PRINCIPAIS ATORES SOCIAIS
RESEXM de Soure (2001)	Conflitos fundiários; grilagem;	Populações tradicionais e suas associações – extrativistas
RESEX Mãe Grande de Curuçá (2002)	Grandes Obras (rodovias; portos);	marinhos; pescadores; marisqueiros; catadores;
RESEX de Maracanã (2002)	Diminuição dos estoques pesqueiros; aumento de esforço de pesca;	pequenos produtores e criadores; Clubes de Mães; Colônias de Pescadores; MONAPE; MOPEPA;
RESEX de São João da Ponta (2002)	Processos migratórios de grupos de pescadores;	Agentes e representantes da sociedade civil e suas organizações; ONG's;
RESEXM Araí-Peroba (2005)	Degradação das bacias hidrográficas;	Representantes religiosos; pastorais de pescadores;
RESEXM Caeté-Taperaçu (2005)	Aumento populacional; Crescimento urbano;	Representantes institucionais; técnicos ambientalistas e secretarias; EMATER – PA;
RESEX Mapuá (2005)	Degradação dos manguezais; retirada de madeira; desmatamento;	Governo Federal; ICMBio; IBAMA; CNPT;
RESEXM Gurupi-Piriá (2005)	aumento do número de trabalhadores; práticas predatórias;	Empresas de pesca industrial Representantes do campo político e legislativo; vereadores; deputados;
RESEX Mestre Lucindo (2014)	Práticas de monocultura; Turismo;	Representantes da academia; UFPA; IFPA; MADAM;
RESEXM Mocapajuba (2014)		

Fonte: Teses e dissertações dos PPG'S da UFPA, 2020, elaborado pelas autoras.

A partir das experiências das lideranças e dos pesquisadores, observamos que os conflitos sociais e ambientais são fatores identificados nos trabalhos como elemento de mobilização que originam essas UC's. Por vezes, esses eventos são mais ou menos contundentes, do ponto de vista de sua visibilidade e envolvimento dos atores. Segundo Santos (2009) dependendo do nível de visibilidade de alcance, da força política para entrar na agenda pública e até atingir a integridade física dos adversários, os conflitos podem ser classificados em: latentes, manifestos, explícitos, extremos ou naturalizados. É o que percebemos nas diversas UC's, nas quais os conflitos são sempre fonte de disputas desequilibradas em função das diferenças socioeconômicas e políticas, podendo-se pressupor que as populações tradicionais, aqui destacadas, são desfavorecidas nesses embates. Resultando, portanto, em danos sociais, ambientais extremos ao impactar todo o modo de vida dessas pessoas.

As RESEX's se colocaram como uma alternativa de conciliação aos conflitos sociais e ambientais que antecedem e persistem à sua criação, e que podem ser entendidos como

aqueles ligados ao acesso e ao controle dos recursos naturais, que supõem, por parte dos atores confrontados, interesses e valores divergentes em torno dos mesmos, em um contexto de assimetria de poder” (SVAMPA, p. 143, 2016).

Nos trabalhos identificados os conflitos e impactos socioambientais aqui ressaltados fazem parte de um conjunto de dinâmicas que ganham contornos locais conforme aprofundamos os estudos, ao mesmo tempo, que ampliamos os exemplos de UC. Pois, a correlação de forças locais e diversidade de recursos naturais em disputa dimensionam os danos sobre as sociedades e ambiente, mas também podem ser reestruturadas pelas resistências sociais. No Quadro 02 (p. 15) temos sintetizados os principais impactos e conflitos que deram início aos processos de mobilização pela criação das RESEX, bem como os principais agentes sociais que foram protagonistas nestes processos.

Os impactos e conflitos sociais foram sintetizados visto se repetirem ao longo dos trabalhos. Dentre os eventos mais relevantes estão os conflitos fundiários, que são recorrentes na Amazônia, intensificado com o avanço dos projetos desenvolvimentistas de modernização, resultando nos processos de grilagem que ameaçam a proteção dos territórios tradicionais (LUCCA, 2018). As grandes obras e projetos são outro marco gerador de conflitos, como a construção da rodovia PA-136, em Curuçá, a construção da rodovia PA-458, em Bragança, e, a melhoria da rodovia PA-375, em São João da Ponta. O projeto da construção de um grande porto, o Porto Espadarte, é uma grande obra no município de Colares e Curuçá, o qual ameaça desestruturar a atividade pesqueira artesanal e as comunidades. Já a pesca industrial é apontada como principal impacto aos recursos pesqueiros, pois se utilizam de técnicas diferenciadas retirando o recurso em larga escala, ocasionando a diminuição dos estoques. Esse fator foi impulsionador das mobilizações em Bragança, por exemplo, mas também destacado nas RESEX de Augusto Correia, Curuçá, Soure, e São João da Ponta. De modo geral, esses impactos geraram reações da população local afetada e esses processos de mobilização foram decisivos para implementação das Reservas Extrativistas no litoral do Pará.

É possível perceber a amplitude dos conflitos e os atores sociais envolvidos, os quais requerem tanto da sociologia quanto da sociedade a construção de caminhos e alternativas sociais em acordo com a realidade local. E a aliança de saberes entre população local, academia e técnicos pode ser frutífera. Como propõem Almeida et al (2018), é necessário valorizar a “ciência da floresta”:

Há uma ciência conceitual-formulada por intelectuais que se utilizam de modelos históricos, analógicos e matemáticos, submetidos ao crivo da experimentação controlada e da evidência histórica e estatística, e há conceitos que se atualizam em práticas e atividades resultantes da interação entre percepções e experiência cotidiana articulados por visões de mundo. Essa distinção tem sido corroborada pela literatura que trata do papel de conhecimentos tradicionais e de sistemas tradicionais de uso da natureza (2018, p. 43).

Esse conhecimento prático que resultou na ciência da floresta vem se ampliando a partir das práticas dos movimentos sociais ligados a criação das reservas marinhas, que no litoral do nordeste paraense busca incluir sociedade e natureza a partir da vivência dos extrativistas marinhos também no mangue e no mar.

A seguir, buscamos interpretar a dinâmica de criação desses territórios costeiros-marinhos, conjugando os dados aqui expostos com um esforço de interpretação visando caracterizar o protagonismo do socioambientalismo popular. Traçando, contudo, dilemas e resistências que singularizam o “ecologismo dos pobres” na Amazônia.

MOBILIZAÇÃO SOCIAL E ALIANÇAS NA CONSTITUIÇÃO DAS RESEX MARINHAS NO LITORAL DO PARÁ - O SOCIOAMBIENTALISMO POPULAR

Mas quem são os protagonistas dessas mobilizações? São as populações tradicionais, suas associações e seu pluriverso de alternativas sociais composto pelos extrativistas marinhos, pequenos produtores, criadores e apicultores. No quadro 02 (Ver p. 15) os atores foram caracterizados a partir de sua atuação na sociedade civil, no contexto local e extralocal. Portanto, quando nos referimos às populações tradicionais que atuam nesses espaços consideramos pescadores/as artesanais, marisqueiras, tiradores de caranguejos, o movimento de mulheres, entre outros, e suas organizações como as associações-mães, o MONAPE e o MOPEPA (Movimento dos Pescadores do Pará).

Mas outros atores são importantes para revelar as alianças e oposições no contexto de criação das RESEX. O fortalecimento das ações das populações locais, em especial as extrativistas, foi se ampliando com a adesão de técnicos atuantes no campo ambiental, ligados as instituições municipais, estaduais e federais (secretarias de meio ambiente, IBAMA, ICMBio, entre outros). Mesmo considerando as divergências de estratégias e projetos para o território ambiental, os *experts* compuseram as narrativas em favor da institucionalização das reservas extrativistas.

Conforme vimos em trabalhos sobre as RESEXM, as lutas coletivas guardam diferenças daquelas iniciadas no Acre pelos seringalistas. A força das regras e a ação de técnicos das agências de governo, marcam a institucionalização das UC's. Silva (2018) ressalta que a participação de técnicos da EMATER-PA foi importante junto as comunidades tradicionais de Bragança e suas lideranças comunitárias, no processo de mobilização popular que gerou a criação da RESEXM Caeté-Taperaçu. Já na origem da RESEXM de Tracuateua os técnicos do IBAMA, lotados no CNPT regional, e lideranças da cidade de Bragança contribuíram com a organização do movimento (COSTA, 2014).

Nos estudos, há menção aos representantes religiosos, caracterizam-nos predominantemente como membros da igreja católica. Através das pastorais, que atuavam na formação de lideranças e apoio aos movimentos sociais populares, destacam-se as pastorais da pesca. Elas foram influentes na criação e consolidação de movimentos como o MONAPE e o MOPEPA (BATISTA, 2010). Na Reserva de Bragança um padre que ajudou nas mobilizações, foi secretário de pesca e posteriormente tornou-se prefeito da cidade, tendo a pauta ambiental e a formação de uma secretaria de pesca, como discurso político para sua eleição (SILVA, 2013).

Ressalta-se a presença importante de representantes políticos como vereadores, deputados estaduais e federais. Complementando esse quadro heterogêneo de atores que participaram do movimento de criação das 12 reservas extrativistas, temos os representantes de instituições de ensino e pesquisa. Contando com os representantes da academia, tanto das universidades do Pará, como a UFPA, quanto de equipes de projetos internacionais como o MADAM, no caso de Bragança.

No entanto, a diversidade de atores não descaracteriza as lutas populares, que são atravessadas por novos processos. Conforme achados de pesquisa (SOUSA, 2019), ações coletivas pulverizadas pelo território dos pescadores, e uso de estratégias diversas (formação de clube de mães, atuação das pastorais, uso de abaixo-assinados, realização de seminários e atuação de associações de mulheres etc.) convergiram para o manifesto

contra a pesca predatória, como no caso da Caeté-Taperaçu. Na RESEX de São João da Ponta, o presidente da Associação dos Usuários da Reserva Extrativista de São João da Ponta (MOCAJUIM) acabou se tornando prefeito do município, ampliando as estratégias de atuação do movimento. E esses atores seguem avançando ocupando lugares com novas propostas de liderança, ampliando o espaço para o lugar das mulheres nas lutas por esses territórios. É o caso recente da eleição de uma mulher para Presidenta da Colônia de Pescadores/as de São Caetano de Odivelas, em 2021 e da legitimação da Secretaria Nacional de Mulheres da Comissão Nacional de Fortalecimento das Reservas Extrativistas e dos Povos Tradicionais Extrativistas Costeiros e Marinhos do Brasil (CONFREM)⁸.

Essa secretaria tem por objetivo a luta contra o machismo e representar a voz da “mulher, pesqueira, mulher marisqueira, mulher extrativista, mulher coletora, mulher pescadora”, como uma membra da CONFREM e liderança da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, Santa Catarina⁹. Nesse sentido, a CONFREM nasce como instrumento de representação própria para que os extrativistas marinhos, e não apenas dentro do movimento das RESEX’S florestais. Assim, o movimento visa “não só fortalecer a gestão das reservas existentes, mas que pudesse buscar os caminhos e uma pauta junto ao Governo para que criasse novas reservas” (José Alberto de Lima Ribeiro, CONFREM, liderança da Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde, Ceará).

Nos processos de mobilização que precederam a criação das unidades de conservação percebemos a atuação das populações tradicionais em defesa de seus territórios e dos seus modos de vida. Diante do interesse do grande capital que tem como objetivo a acumulação de lucro, esses grupos defendem práticas que causam baixo impacto ambiental e que já perduram por gerações, agregando valores que excedem os valores monetários. Pois, são esses grupos sociais pobres estão mais expostos aos riscos ambientais, e como dependem diretamente dos recursos naturais também têm a sua sobrevivência ameaçada.

Esses grupos sociais lutam, primeiramente, pelo direito de sua sobrevivência, e esta depende necessariamente da defesa do meio ambiente. Nesse contexto a proteção ambiental entra no discurso do movimento socioambiental na Amazônia, atraindo também aliados que contribuem para o fortalecimento dessa luta (LEITE LOPES, 2006). Por outro lado, esse discurso de “ambientalização” pode ocorrer de cima para baixo, como aconteceu na APA (Área de Proteção Ambiental) do Combu, em Belém-PA, em que um pesquisador norte-americano do Museu Emílio Goedi teve um papel importante para a criação dessa unidade, através de suas pesquisas. Pois, constatou que na Ilha havia um tipo de floresta de várzea singular na Amazônia, e que por isso deveria ser protegida. Porém, a criação da APA era desconhecida pelos moradores o que torna qualquer projeto de participação comunitária e de proteção ambiental praticamente inacessível (RIBEIRO, 2010).

Vale ressaltar que a APA tem menos restrições que as RESEX, nela são permitidas a ocorrência de empreendimentos privados, como a construção de hotéis, bares e outros.

8 Em novembro de 2021 foi realizada em Bragança-PA a Roda de Conversas Conclusivas das Mulheres das Marés e das Águas, organizada pela Secretaria Nacional das Mulheres da CONFREM, que tem entre suas dirigentes três mulheres do movimento das RESEX do NE Paraense, e onde foi anunciada a eleição da presidenta da Colônia de São Caetano de Odivelas.

9 Os trechos de entrevistas com as senhoras Aparecida e Celia Neves e com o senhor José Alberto foram realizadas por Victor Sousa, pesquisador do ACTA, em 2021 e 2022.

O território da APA pode ser público ou privado, no caso da RESEX, é de domínio público. Por isso que a proposta do Governo Federal, “Adote um Parque” (BRASIL, 2021)¹⁰, se torna contestável. Em síntese, a política flexibiliza as regras de proteção ambiental de Unidades de Conservação, deixando-as liberadas ao usufruto de organizações privadas. Contrariando, assim, as demandas do movimento popular das populações tradicionais: garantir o manejo tradicional do território.

DA PARTICIPAÇÃO LOCAL À IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA LUTA CONTÍNUA DE RESISTÊNCIA E RE-EXISTÊNCIA

Para a criação das RESEX a participação dos próprios moradores é um requisito fundamental. Essa dinâmica inclusiva faz com que os atores se engajem na mobilização e contribuam para que possa ser fomentada o envolvimento com o território ambiental. No que pese, sempre constituir um tema controverso, posto que as vias de participação tem sido fonte de conflito e reclamações das populações locais. Desde o início de sua institucionalização essas Unidades de Conservação vinham sendo vistas com desconfiança, chegando a serem caracterizadas como “ficções jurídicas” e “parques de papel” (BRITO, 1998a citado por VALLEJO, 2003).

A cogestão requer a interação de atores de diferentes esferas sociais num processo que não é linear, nem pacífico, pois envolve restrição de usos de recursos que anteriormente estavam abertos à agentes sem ligações identitárias com o território (MANESCHY, RIBEIRO et al, 2017). As análises chamam atenção para a falta de informação e de entendimento das propostas entre gestores e as comunidades (RIBEIRO; SOUSA, 2018), bem como o estabelecimento de regras que não consideram os saberes e práticas já estabelecidas (COSTA, 2017). Outros destacam as dificuldades da cogestão (PROST, 2018) e seus empecilhos à autonomia sobre o seu território por parte das populações tradicionais (ALMEIDA; ALLEGRETTI; POSTIGO, 2018). Essas questões levam à reflexão mais ampla sobre o dilema do gerenciamento desses espaços e dos interesses envolvidos em sua criação (OLIVEIRA, 2018; SILVA JUNIOR et. al., 2018; PÁDUA, 2002).

No levantamento dos PPG’s da UFPA identificamos diversos temas que foram compostos por outros subtemas sintetizados pela ordem decrescente de frequência: Participação, Políticas públicas e Socioambientais, Conhecimento Local, Território, Conflitos socioambientais, Sustentabilidade e Meio Ambiente, Práticas Extrativistas, Impacto Socioambiental, Juventude e Turismo. Essas foram os assuntos que despertaram o interesse nos pesquisadores em campo, e que por sua vez também fazem sentido para as populações locais. O tema participação aparece conjugado com outros como: as associações (RODRIGUES, 2017), a ênfase na atuação das populações tradicionais e na problematização do funcionamento dos conselhos deliberativos (BATISTA, 2010; SILVA JUNIOR, 2013).

O modelo de Reserva Extrativista proposto pelo SNUC traz o conselho deliberativo como mecanismo para tornar efetiva a participação das populações tradicionais, porém esse onselho tem como presidente um representante do ICMBio, o que causa tensões. A proposta do movimento dos seringueiros era a autogestão da RESEX, ou seja, as regras e

¹⁰ A proposta do programa, lançada em 09 de fevereiro de 2021, pelo decreto no 10.623, consiste em angariar recursos de pessoas físicas, empresas nacionais e estrangeiras a fim de custear a conservação de parques nacionais. A partir dessa doação será concedido o título de parceiros do meio ambiente para os que realizarem as contribuições.

os acordos iriam se basear nos conhecimentos locais, nas ciências da floresta, buscando soluções que fazem sentido para essas populações, o que vem sendo reclamado por eles (RIBEIRO, 2016). Em vista de garantir o direito ao território e a conservação ambiental, esses grupos buscam a efetivação de políticas públicas, constituindo uma temática relevante nos trabalhos acadêmicos investigados. É importante destacar que a criação de Reservas Extrativistas é uma política pública, que por sua vez abre espaço para a implantação de outras na área de saúde, educação, habitação.

Entre as referências do tema das políticas públicas foram encontradas políticas socioambientais como o Programa Bolsa Verde (MOREIRA, 2017), na RESEX de São João da Ponta, que é uma política pública com caráter socioeconômico e ambiental; a Política Ambiental Costeira (SOUSA, 2011) na RESEX Marinha Caeté-Taperaçu, bem como, encontramos análises sobre as políticas públicas mais amplas voltadas para a educação (FERREIRA, 2002), e emprego e renda (SANTOS JUNIOR, 2006), na RESEX Marinha de Soure.

No encontro desses dois temas, participação e políticas públicas, que além de produzirem conflitos sociais, mostram também as dinâmicas de resistência e *re-existência* das populações locais. O maretório das populações extrativistas costeiro-marinhas do nordeste paraense se coloca nessa posição. Nas palavras de uma das lideranças do movimento das reservas marinhas, o termo maretório é próprio dos povos das marés, pois

Nasce desde 2008, no ciclo comunitário das mulheres na RESEX Marinha MOCAJUIM, em São João da Ponta, no Pará, e ela vai se expandido. Tem debate, e o debate aumenta, lá para 2009 durante o Fórum Social Mundial, no primeiro encontro dos povos das águas [...] Ele traz a universalidade da nossa vida, das nossas identidades, dos nossos pertencimentos, e de todos os nossos valores que nós temos, nessas gerações que nós queremos estar conectados, com nossas gerações presentes e futuras, mas também na ancestralidade. (Célia Favacho, representante RESEX Curuçá, CONFREM, ACTA, 2021)

É interessante perceber que nas falas sobre o maretório aparece a perspectiva da conservação em vista das futuras gerações, a fala de outra liderança apoia-se na mesma ideia

Nós somos vigias do território, nós somos vigias desse maretório, que é apresentado para nós, do maretório do litoral brasileiro. Então, esse território para nós ele é tudo, porque ele para nós, ele representa o todo, então por isso que nós cada vez mais temos que preservar e conservar este ambiente para que a gente possa deixar esse ambiente de boa qualidade para os nossos filhos, para os nossos netos, para os nossos bisnetos que são as futuras gerações. (Sandra P. Gonçalves, representante RESEX Curuçá, CONFREM, ACTA, 2021)

Essas populações que vivem no litoral, nas RESEX denominadas Marinhas ou não, possuem uma especificidade, têm no maretório a construção de uma identidade que amplia a sua percepção de território. Torna-se um espaço que ultrapassa os limites da faixa de terra incluindo o mar e o mangue, cujo trabalho, com base na pesca e na catação de caranguejo, é fonte essencial para a sobrevivência desses extrativistas. No entanto, não se restringe a isso, sendo uma forma também de luta, de reconhecimento e de organização. O modelo de política do SNUC não contempla o modelo de RESEXM, pois, como o modelo foi transposto da Reserva Florestal, não se buscou solucionar os problemas específicos, portanto, restaram muitas lacunas e dificuldades que precisam ser repensadas. Assim, esses extrativistas buscam aliados para defender seu maretório. Pois, mesmo com a criação

das unidades de conservação a participação e a mobilização não podem cessar, já que os interesses do capital e até os ataques institucionais permanecem sendo uma ameaça aos direitos conquistados.

A defesa dos maretórios ou dos territórios se faz mediante estratégias sociais e políticas com pesquisadores das universidades, com religiosos, políticos, técnicos de órgãos governamentais, ONG's. Mas não só, há também a ampliação das alianças com moradores e lideranças de outros territórios marinhos, seja no Brasil, na América Latina ou à nível mundial. O objetivo é reunir força política capaz de fazer frente a qualquer tipo de perigo que surja nesse processo, que nos impulsiona a pensar em um socioambientalismo de base popular na criação dessas unidades de conservação. E criar

Uma consciência crítica e politicamente crítica da vida que vivemos, dos ambientes que nós ocupamos, dos espaços que estão esses maretórios, esse espaço é de relação mesmo, não só a relação da produção, da produção da economia, do dinheiro, da troca, do mercado, mas da relação afetiva (Célia R. N. Neves, acervo ACTA).

Nessa medida, demandar pelo reconhecimento legal de um espaço que contemplem a universalidade do saber-fazer das populações extrativistas, de suas identidades, de seus pertencimentos, e valores, conectando os saberes das gerações passadas, presentes e futuras na construção do maretório, eleva esse movimento popular a colaborar na manutenção do pluriverso (KOTHARI, SALLEH, ESCOBAR et al, 2021). Pois, o maretório envolve alargar a perspectiva de território das Reservas Extrativistas Marinhas, considerando a sazonalidade das marés e as diferentes atividades sociais, culturais, políticas e econômicas que desenvolvem os apicultores, os pequenos criadores e agricultores; as mulheres das marés envolvidas na pesca, na catação de caranguejo, na costura das redes e na cerâmica. Esses extrativistas vivem em um processo de aprendizagem contínuo, em conexão com as gerações, pois

Você cria, recria, reinventa todas as coisas que você aprendeu e a deixa para as gerações futuras então para nós isso é muito importante, a gente ter essa vivência, garantir essa relação de troca de saber, de fazer, de repassar, de reconstruir, de intercambiar todos esses conhecimentos, como as diferenças do outro parente, o que é que eu tenho aqui que o meu parente não tem lá (Célia R. N. Neves acervo ACTA).

Dessa forma, podemos perceber que o maretório das Reservas Extrativistas Marinhas Costeiras do Nordeste Paraense, dentro da Amazônia Brasileira apresenta essa especificidade, que é construir na Amazônia um movimento socioambiental que vá além de uma saída única como alternativa às políticas desenvolvimentistas. Pois estas, por meio dos planos de modernização visaram homogeneizar e hegemônizar o mundo com base no modelo capitalista. Mas o ecologismo dos pobres vem produzindo o que Svampa (2012) chama de um giro ecoterritorial. Ou seja, trazem novas perspectivas tais como a articulação com uma diversidade de atores como movimentos socioambientais, intelectuais e especialistas, organizações não governamentais, construindo saberes e disciplinas com base no diálogo. Um saber especializado, que valorize o conhecimento local, e que independa dos discursos hegemônicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar os processos de mobilização que deram início a institucionalização das RESEX, é evidenciar as trajetórias de vida e de luta dos atores sociais em sua defesa. Em tempos de Pandemia da Covid-19 nos exigiu o realinhamento metodológico da pesquisa a fim de alcançarmos o objetivo aqui delineado: caracterizar o socioambientalismo de base popular na criação das reservas extrativista marinhas no Pará. Dessa forma, as teses e dissertações, levantadas, bem como as entrevistas do acervo do ACTA e as falas das lideranças no Colóquio promovido pelo Grupo de Pesquisa (2021) foram importantes para compreender a conformação do socioambientalismo protagonizado pelas populações tradicionais na Amazônia.

O socioambientalismo de base popular na Amazônia se aproxima do conceito de ecologismo dos pobres (ALIER, 2011), no qual o papel de protagonistas das lutas de cunho ambiental e social é da própria população afetada, dos pobres que vivem no entorno de áreas que passam por fortes pressões antrópicas. Nos casos estudados percebemos que o envolvimento local se deu de forma efetiva nas reservas de uso sustentável, as RESEX Marinhas. Mesmo que os contextos de cada localidade apresentem movimentos de resistência e re-existências a partir de diferentes capitais sociais e políticos, refletindo em maior ou menor garantia institucional, muitas conquistas vêm sendo obtidas. Mas outras sofrem ameaças em função da conjuntura política e econômica no que concerne a manutenção e mesmo ao alcance de metas mais avançadas para esse movimento.

De 2018 até 2022, foram somente criadas 4 reservas extrativistas (3 no bioma marinho, no Estado do Maranhão; 1 no bioma Amazônia nos estados do Amazonas/Roraima) (MMA, 2021). E estão na fila de espera os processos de criação de mais 4 Reservas Marinhas só no Estado do Pará, mas ainda sem data prevista de efetivação, tais como aquelas localizadas nos municípios de Salinópolis (FADESP, 2017), São João de Pirabas, Primavera e Quatipuru, que se alinham a essa preocupação.

Vimos que a participação proposta na política de conservação ambiental está longe de ser na prática aquilo que é o ideal do SNUC, pois, é permeada de tensões e conflitos pela falta de plena autonomia no território, que a referida política tirou das populações tradicionais. E que se tornam mais visíveis ao se tratar dos espaços costeiros-marinhos, sem referência específica naquela legislação. Porém a mobilização é imprescindível nos processos de criação das RESEX e na luta pela implantação de políticas públicas que contemplem as necessidades básicas de saúde, de educação, trabalho e renda, saneamento básico, habitação e culturais. Por meio das políticas públicas formuladas em parceria com as populações locais e implementadas sob seus auspícios, é possível construir estruturas que ofereçam melhores e mais justas condições de vida para essas comunidades. Alinhando-se as proposições de resignificação das políticas dirigidas a esses territórios, num processo que consideramos de resistência e *re-existência*: o território das populações extrativistas costeiro-marinhas do nordeste paraense.

Partindo do que encontramos, destacamos como possibilidades e indicação para pesquisas futuras algumas RESEX que foram pouco estudadas, segundo nossa amostra: a Reserva Extrativista Chocoaré-Mato Grosso¹¹, que ainda não possui nenhum trabalho, entre as teses

¹¹ Em 2021 essa RESEX entrou no Programa Adote um Parque, do Governo Federal, sendo adotada pela empresa Geoflorestas. Acessado em 05 de fevereiro de 2022, 19:30, ver ARTIGO <https://www.gov.br/pt-br/noticias/meio-ambiente-e-clima/2021/03/reserva-extrativista-chocoare-mato-grosso-e-adotada>.

e dissertações analisadas, bem como as Reservas Extrativistas de Araí-Peroba, Cuirana, Gurupí-Piriá e Mocapajuba, que têm apenas uma referência cada até 2020. Poucos trabalhos tratam dos processos de institucionalização dessas UC's e das mobilizações para sua criação. Tema que consideramos relevantes para aprofundar o conhecimento dos atores sociais envolvidos, os impactos e os conflitos socioambientais. Afinal, esse movimento se deu pela articulação das lideranças das populações tradicionais dos diferentes municípios. E para ampliar a perspectiva de análise do objeto, também indagamos sobre estudos que verifiquem a articulação do movimento socioambiental popular entre os vários municípios nos quais as UC's se localizam. Considerando que a estratégia de constituição de mosaicos de conservação ambiental é relevante para fortalecer os direitos sociais e ambientais das populações locais residentes.

Contudo, vale ressaltar a contribuição que a produção acadêmica realizada na Amazônia vem constituindo para refinar o olhar sociológico sobre a especificidade do movimento socioambiental popular. Destacamos aqui a UFPA, em vista do volume de sua produção e pelo Pará ser o estado que possui o segundo maior número de Reservas Extrativistas Florestais e Marinhas, 23. Estas constituem a maior extensão de área protegida por esse tipo de UC, com mais 45.550 km², ou seja, cerca de 30 % do total do espaço ocupado pelas RESEX (MMA, 2022). Acompanhamos assim, a influência de como a produção acadêmica engajada nos problemas locais pode se alimentar de dados a partir de metodologias genuínas e, ainda, se abrir ao diálogo com os saberes locais, constituindo um conhecimento autêntico.

O modelo Reserva Extrativista, apesar de divergir daquele concebido pelos seringueiros, dado não possuir autonomia total de seu território, com chefia exercida pelo ICMBio, ainda se constitui uma alternativa aos conflitos socioambientais. Pois, envolve tanto a conservação de ambientes ricos em biodiversidade e os modos de vida tradicionais de populações que têm um histórico de uso dos mesmos. Bem como, compreendem seus ciclos os quais não cabem na visão de mercado capitalista na sua relação com o maretório. A partir das palavras de duas lideranças, percebe-se a importância desse movimento: “para nós fazer parte desse processo de RESEX, para nós é tudo, tudo, porque hoje eu não me vejo fora desse movimento, fora do movimento RESEX, hoje eu não me enxergo em outro trabalho”, e “viver o meu trabalho, viver a minha luta. Eu nasci para ser ativista, né? Pra viver, pra defender o meu maretório”.

Vale ressaltar que em nossa busca, os termos “ecologismo na Amazônia”, “socioambientalismo dos pobres” e “socioambientalismo popular” não aparecem nas referências demonstrando que o ecologismo dos pobres como teoria ainda não é recorrente nos trabalhos sobre a região. Instiga, assim, as possibilidades analíticas dessa proposição teórica e de várias outras propostas decoloniais que colaboram na ampliação de um olhar crítico às propostas homogeneizadoras que está contida no desenvolvimentismo. Que é inegável que ainda permeie o imaginário de muitos desses grupos, foco de nossos estudos. O que exige uma constante mobilização do socioambientalismo popular visando alterar as narrativas e práticas impostas pela hegemonia capitalista. A contranarrativa que o próprio maretório vem inspirando é também um desafio para a sociologia superar os seus limites. O apelo à aliança dos saberes já está passando do ponto. Tem que ser o presente e o futuro em tempos de crise climática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. ESTUDOS AVANÇADOS 24 (68), 2010.

ACTA. Núcleo de Pesquisa Ação Pública, Território e Ambiente. Colóquio SNUC 20 anos. Belém: PPGSA/ UFPA, 08 a 12 de mar. 2021. Mesa 2- Políticas Socioambientais e participação nas unidades de conservação da Amazônia. 1 vídeo: (182 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Xg470Jl1NIQ&t=5032s> . Acessado em: 05/05/2022. Participação de Célia Regina Favacho das Neves.

ACTA. Núcleo de Pesquisa Ação Pública, Território e Ambiente. Colóquio SNUC 20 anos. Belém: PPGSA/ UFPA, 08 a 12 de mar. 2021. Mesa 3- Entre a terra e o mar: gênero, trabalho e território. 1 vídeo: (164 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1vJowgroVpA>. Acessado em: 05/05/2022. Participação de Sandra Regina Pereira Gonçalves.

ALLEGRETTI, Mary. A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Editora UFPR, jul/dez, p. 39-59. 2008.

ALLEGRETTI, MARY. CUNHA, Lúcia Helena. SCHIMINK, Marianne. 30 anos do Legado de Chico Mendes. Desenvol. Meio Ambiente, v. 48, Edição especial/: 30 anos do Legado de Chico Mendes, p. 1-6, novembro, 2018.

ALMEIDA, Mauro W. B de; ALLEGRETTI, Mary Helena; POSTIGO, Augusto. O legado de Chico Mendes: êxitos e entraves das Reservas Extrativistas. Desenvol. Meio Ambiente, v.48, Edição especial: 30 anos do Legado de Chico Mendes, p. 25-55, novembro, 2018.

ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano. Ciências sociais e ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico. BIB Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais, ANPOCS, n. 53, 1ªsem., p-35-78. 2002.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2011.

BATISTA, Iane Maria da Silva. Participação, organização social e desenvolvimento sustentável no contexto da Resex Mãe Grande de Curuçá. Orientadora: Ligia Simonian. 2010. 199 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

BRASIL. Decreto nº 10.623, 09 de fevereiro de 2021. Institui o Programa Adote um Parque. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/D10623.htm . Acessado em: 05/05/2022.

CIRILO, Brenda Batista. O processo de criação e implementação de unidades de conservação e sua influência na gestão local: o estudo de caso da área de proteção ambiental da ilha do Combu, em Belém/PA. Orientadora: Oriana Trindade de Almeida. 2013. 197 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2013. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido.

COSTA, José Newton. As novas regras do jogo para o acesso aos recursos naturais da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua, no Pará. Orientador: Heribert Schmitz. 2014. 315 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

COSTA, Pâmela Melo. Um pesqueiro real: Entre acordos e manejos na Resex Marinha de Soure. Orientador: Heribert Schmitz. 2017. 195 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

CHAMY, Paula. Reservas Extrativistas Marinhas como instrumento de reconhecimento do direito consuetudinário de pescadores artesanais brasileiros sobre territórios de uso comum. 2004.

CUNHA, Manuela Carneiro, ALMEIDA, Mauro W. B. Populações tradicionais e construção ambiental. In: CUNHA. Cultura com aspas e outros ensaios. Editora: Ubu. 2017.

CUNHA, Lúcia H. de O. Reservas extrativistas: uma alternativa de Produção e conservação da biodiversidade. Encontro dos Povos do Vale do Ribeira, 2001.

DIAS, Danille Rodrigues. Espaço, políticas públicas e mobilidade populacional na Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá. Orientador: Gilberto de Miranda Rocha. 2014. 94 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) - Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

FADESP. Diagnóstico e caracterização socioambiental das áreas propostas para criação e ampliação de reservas extrativistas na mesorregião do nordeste paraense no estado do Pará. Relatório com diagnóstico socioambiental referente à proposta de criação da Resex Salinópolis. Belém: FADESP, 2017.

FERREIRA, Lindomal dos Santos. Políticas educacionais e desenvolvimento: a experiência da Reserva Extrativista Marinha do Soure, Pará. Orientadora: Ligia Simonian. 2002. 105 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

FERREIRA, Suzanna da Silva. Entre marés e mangues: paisagens territorializadas por pescadores da Resex marinha de São João da Ponta/PA. Orientadora: Ligia Simonian. 2017. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2017. Programa de Pós-Graduação em Geografia.

HAMOY, Juliana Azevedo. Turismo em Unidades de Conservação e o desenvolvimento local em Soure-PA. 2018. Orientadora: Mirleide. Bahia 199 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

KOTHAR, Ashishi; SALLEH, Ariel; ESCOBAR, Arturo; DEMARIA, Federico; ACOSTA; ALBERTO. (orgs.) Pluriverso: dicionário do pós-desenvolvimento. São Paulo: ed. Elefante, 2021.

LAMARÃO, Maria Luiza Nobre. Juventude e participação: jovens na gestão compartilhada da Reserva Extrativista Marinha de Caeté-Taperaçu, em Bragança, Pará. Orientadora: Maria Cristina Maneschy. 2016. 352 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

LEITE LOPES, José Sérgio. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. Horizontes Antropológicos. Porto Alegre, ano 12, n. Journal of Coastal Research, Special Issue 64, 2011. 25, p. 31-64, jan/jun. 2006.

LITTLE, Paul Eliot. A etnografia dos conflitos socioambientais: bases metodológicas e empíricas. In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 85-103, jan/jun. 2006.

LITTLE, Paul Eliot. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. Anuário Antropológico/ 2002-2003. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004, p. 251-290.

LUCCA, Luana Lopes de. Tensões e expectativas: As narrativas dos interlocutores da Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá – PA. Orientador: Sérgio Cardoso de Moraes. 2018. 116 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia) - Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

MANESCHY, Maria Cristina; RIBEIRO, Tânia G.; Moreira, Edma Silva; Nummer, Fernanda; GONCALVES, I. L. Sociologia e Gestão Ambiental: considerações a partir de uma reserva extrativista marinha. *Revista Ciências Sociais Unisinos*, v. 53, p. 339-348, 2017.

MARTINEZ ALIER, Juan. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração*. 1. Ed. 2ª reimpressão. São Paulo: contexto, 2011.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Painel Unidade de Conservação Brasileiras, Ministério do Meio Ambiente. Disponível em <https://app.powerbi.com/>